



<b>Processo nº</b>	<b>15.815-1/2015</b>
<b>Interessados</b>	<b>SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO</b> <b>Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde</b> <b>Mauro Antônio Manjabosco</b> <b>Milton Alves Pedrozo</b> <b>João Alixandre Neto</b> <b>Pedro Marinho da Silva</b> <b>Ivoneide Maria Vieira</b> <b>Edmilson Paranhos de Magalhães Filho</b>
<b>Advogados</b>	<b>Alana Coelho Pedrosa - OAB/PE 30.195</b> <b>Marcos Guerra Costa – OAB/AL 5.998</b> <b>Maurício Magalhães Faria Neto - OAB/MT 15.436</b>
<b>Assunto</b>	<b>Representação de Natureza Interna</b> <b>Recursos Ordinários – 5.585-9/2017, 17.551-0/2016 e 17.351-7/2016</b>
<b>Relator</b>	<b>Conselheiro ANTONIO JOAQUIM</b>
<b>Sessão de julgamento</b>	<b>28-4-2022 – Tribunal Pleno (Extraordinária - Por Videoconferência)</b>

### **CERTIDÃO**

**Certifico** para a regularidade formal do processo, que o Acórdão nº 144/2022 - TP, foi divulgado no Diário Oficial de Contas – (DOC), edição nº 2461, datada de 11/05/2022, e publicado em 12/05/2022.

**Certifico**, ainda, a remessa dos autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados, para aguardar o decurso do prazo recursal.

**Certifico**, também, que decorrido o prazo regimental sem a interposição de recurso (artigo 270, § 3º - Regimento Interno/TCE/MT), os autos serão encaminhados ao Núcleo de Certificação e Controle de Sanções.

**Certifico**, ademais, que a publicidade das deliberações plenárias e dos julgamentos singulares pelo DOC, observarão as disposições do artigo 262 da Resolução nº 14/2007(Regimento Interno/TCE/MT).

**Certifico**, por fim, que o término do prazo recursal se dará em 02/06/2022.

(assinatura digital disponível no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))

**ÂNGELA PATRÍCIA SOUSA MARQUES**

**Secretário-geral do Tribunal Pleno**

